

O ASPECTO TERRITORIAL COMO PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Ana Cristina Fonseca de Vasconcelos

(Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social)

anacfv2006@yahoo.com.br

Ana Paula Carvalho Otoni

(Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social)

paulinhadypaula@yahoo.com.br

Ilenice Soares Freitas

(Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social)

ilenicefreitas@yahoo.com.br

Apresentação

O presente artigo tem como título “O Aspecto Territorial como Proposta de Desenvolvimento no Brasil”, e objetivou debater acerca da complexa teia de significações que implica conceituar e tratar de território, considerando as dimensões espacialmente continentais e culturalmente heterogêneas do contexto brasileiro.

Ao discutir a temática abordada, buscou-se analisar sob o enfoque conceitual de alguns dos principais estudiosos do desenvolvimento territorial, e, a partir de uma interlocução histórica, sobre os debates acerca do processo de desenvolvimento territorial no Brasil, desde a década de 1980 até as atuais suposições sobre o tema.

Ainda que de maneira sinóptica, pretendeu-se refletir sobre como o território, compreendido como produto social determinado historicamente, têm sido espaço de reprodução de desigualdades e conflitos, e o papel do Estado nesse processo.

Ressalta-se que a dimensão de território concebida nesse estudo, o percebe como um espaço concreto e simbólico repleto de significações, e apropriado por determinado grupo social.

Discute-se, ainda, que o papel do poder público deve privilegiar ações que busquem soluções de âmbito regional, fazendo uso de parcerias intermunicipais que sejam fundamentadas no enfrentamento de problemas.

Metodologia

A metodologia de investigação adotada neste trabalho é substancialmente simples e possui um caráter teórico-bibliográfico, que foi empreendido através de leitura e análise bibliográfica, focando a mobilização das principais categorias conceituais concernentes ao tema escolhido.

Desenvolvimento

Novos elementos vêm sendo adicionados ao debate acerca do desenvolvimento nos últimos tempos, como resposta a um processo de estímulo à promoção frenética de desenvolvimento econômico em escala nacional, cujas conseqüências estão atreladas às múltiplas faces da desigualdade.

Considerando as novas configurações dos espaços nacionais, estudiosos da temática vêm privilegiando questões relativas aos aspectos territoriais, que ressaltem a importância das singularidades regionais.

Tomamos como pano de fundo para esse estudo, a situação brasileira a partir da década de 80, na qual, segundo Araújo (2007), o Brasil resistiu, bem ou mal, à consolidação em escala global de duas hegemonias difundidas na década de 70: do ponto de vista da dinâmica econômica, a hegemonia do rentismo; do ponto de vista ideológico, a hegemonia do neoliberalismo.

Resistência esta que se deu nas décadas de 70 e 80, não se repetiu nos anos 90, quando o Brasil possuía razoável déficit fiscal e dificuldades em refrear a hiperinflação, advinda da onda neoliberalizante que reduziu a participação do Estado na economia e resultou em um processo de desregulamentação econômica.

Nesse contexto, em junho de 1994 durante o governo do então Presidente Itamar Franco, cria-se o Plano Real (inserido na lógica do rentismo mundial) com o objetivo de estabilizar a economia, por meio de uma política monetária atrelada a uma política fiscal que viabilizasse o controle da inflação, assim como o pagamento da dívida pública.

De acordo com Araújo (2007), tal modelo privilegiou pessoas e empresas superavitárias que podiam comprar títulos do governo, montando-se uma lógica de ação que até foi capaz de estancar a corrida de preços, mas que gerou um grande déficit nas contas externas e que aumentou o desequilíbrio fiscal. As conseqüências de tais ajustes se manifestaram na forma de bloqueio ao crescimento da economia nacional.

Araújo (2007) destaca que o modesto crescimento econômico em meio a uma crise fiscal, se associa à crescente hegemonia de teses liberais, e teve como resposta os movimentos de desestatização que justificaram a ampla desestruturação do Estado brasileiro.

Na perspectiva abordada, Araújo (2007) defende a adoção de políticas nacionais que considerem o quadro de diversidade regional heterogêneo e desigual que configura a sociedade brasileira, sendo o Estado um interventor dinamizador das economias regionais, mas que não ousa macular as identidades locais.

No contexto mundial da década de 90, já se percebia movimentos sinalizadores de mudanças de enfoque na elaboração de algumas políticas públicas, em que o caráter local, anteriormente adotado, cedia espaço para o caráter territorial das mesmas.

Como exemplo, pode-se citar a elaboração de um relatório publicado pelo Banco Mundial no ano de 1996, nomeado de “A nova visão do desenvolvimento rural”, no qual sua forte característica é a tentativa de explicar as mudanças sofridas pelo meio rural nas décadas anteriores, e a necessidade que elas traziam em passar de um enfoque setorial para um caráter territorial, assim como em se construir um novo modelo institucional em torno destas políticas públicas (Favareto, 2010).

Ainda explorando o fértil terreno de mutações sociais da década de 90, Mendonça e Ortega (2005) ressaltam que no mencionado momento histórico, parece surgir um consenso em torno da descentralização do planejamento, e da execução das políticas públicas, já que de um lado estão as políticas públicas orientadas por organismos multilaterais internacionais, e do outro estão as reivindicações originadas da cobrança de uma maior participação da sociedade civil e de uma menor intervenção de estado.

Nessa ocasião, nascem novas propostas de desenvolvimento, principalmente para as regiões que até então não haviam sido contempladas pelo crescimento econômico. Destaque foi dado às discussões sobre desenvolvimento local e, mais recentemente, sobre o desenvolvimento territorial, que vem despertando o interesse de instituições de caráter público e privado, bem como de teóricos de diferentes áreas do conhecimento, e que se encontra como fio condutor desse estudo.

Resultados alcançados

Ao longo do trabalho, procurou-se estabelecer um diálogo em torno em torno da temática do desenvolvimento territorial. Sendo assim, percebe-se que, segundo a perspectiva privilegiada nesse estudo, o território transcende as limitações físicas / concretas, e se estrutura em virtude de uma ação social que compreende aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos abarrotados de significações, e que é apropriado por determinado grupo social.

Em se tratando de um território que é sinônimo de espaço de ação, de representação e (re) construção de identidades individuais e coletivas, intui-se que no âmago das relações sociais, ocorrem processos de internalização das identidades coletivas, que são abarcadas por tensões estruturais, e são desmistificadas na sua consciência por meio de conflitos existenciais entre os diferentes domínios da sua identidade.

É nessa atmosfera, que o Estado e a sociedade civil se vêem como atores essenciais no processo de consolidação do território, e orquestrando as tomadas de decisões (individualizantes e coletivas).

Tornou-se perceptível, ao longo do trabalho, com base nas informações e análises feitas por teóricos do tema, que a sociedade brasileira necessita se sujeitar às estratégias políticas de “recomposição territorial”, através de uma ação planejada de reconstrução de espaços públicos e de canais institucionalizados, bem como da criação de arenas de discussões e reivindicações que tornem representativos os indivíduos, e busquem solidificar uma proposta de desenvolvimento.

Importa ressaltar, segundo o que aqui foi discutido, que no exercício de suas funções, o poder público adote ações que busquem soluções de âmbito regional, fazendo uso de parcerias intermunicipais que sejam fundamentadas no enfrentamento dos problemas.

Em suma, observou-se que há uma crescente e latente necessidade de modernização dos procedimentos, no sentido de implantar medidas de médio a grande alcance social, coerentemente com a realidade vigente, e sua complexa teia de demandas insurgentes no território, não devendo desconsiderar, contudo, os grandes desafios encontrados neste percurso. Desafios estes que devem extrair vantagens não apenas na evolução de estudos e pesquisas na área, mas igualmente da experiência concreta com tais fenômenos.

Referências Bibliográficas

1 - BAJOIT, Guy. **Tudo muda: proposta teórica e análise de mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas**. Ijuí: Editora Ijuí, 2006.

2 - BECKER, Bertha K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Bertha K.; COSTA, Rogério H. da; SILVEIRA, Carmen B. (orgs.). **Abordagens políticas de espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983, p. 1-8.

3 - BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

4 - BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

5 - FAVARETO, Arilson. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou "inovação por adição"?**. *Estud. av.* [online]. 2010, vol.24, n.68, pp. 299-319. ISSN 0103-4014.

6 - FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

7 - MENDONÇA, N. C. e ORTEGA, A. C. **Estratégias de desenvolvimento territorial: governo FHC X governo Lula**. Anais do X Encontro Nacional de Economia Política, Campinas, 24 a 27 de Maio de 2005, volume disponível em CD.

8 - RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993; p. 269.

9 - Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.107, p.57-76, jul./dez. 2004 – Brandão. **A América Latina e a Modernidade Contemporânea. Uma interpretação sociológica.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 255p.

10 - SANTOS, M. **Território e sociedade: Entrevista com Milton Santos.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

11 - Sen, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. - São Paulo: Companhia das Letras, 2000.